

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.409.763 - CE (2018/0319649-1)

RELATOR : **MINISTRO MAURO CAMPBELL MARQUES**
AGRAVANTE : JOVILSON DE ALBUQUERQUE AMORIM JÚNIOR
ADVOGADO : MÁRCIO AUGUSTO RIBEIRO CAVALCANTE - CE012359
AGRAVADO : MUNICIPIO DE FORTALEZA
PROCURADOR : RÔMULO GUILHERME LEITÃO E OUTRO(S) - CE009350
AGRAVADO : FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE ESTADUAL DO CEARÁ -
FUNECE
ADVOGADOS : RODRIGO GONDIM CARNEIRO E OUTRO(S) - CE018973
CLARICE BARRETO ALENCAR - CE019826
ROBERTA NUNES - SP179810

DESPACHO

Renovo a necessidade de diligência.

Num primeiro momento pareceu-nos que o caso era de perda de objeto porque o acórdão contra o qual se aviara o agravo em recurso especial referia-se a um processo que ao fim fora posteriormente extinto sem resolução de mérito.

A questão é que o ora agravante manifestou-se contrariamente a isso e fez juntar a sentença por força da qual o magistrado extinguiu o feito, nela notando-se alusão a que "a medida concedida nestes processo passasse a fazer parte daquela ação, como tutela provisória de urgência cautelar", fazendo parecer, portanto, que embora o agravo de instrumento tenha mantido uma decisão de indeferimento da cautelar, o magistrado de primeiro posteriormente viera a dar acolhida a esse tipo de tutela, tanto assim que menciona que a extinção do processo cautelar não prejudicaria o ora agravante porque "a medida concedida" seria trasladada nos autos da ação principal.

Assim, se num primeiro momento a perda de objeto era causada porque o processo fora extinto, é possível que agora ela se origine da falta de interesse decorrente do suposto deferimento da mesma medida que busca o agravante.

Desse modo, com o fim de que esses fatos sejam efetivamente esclarecidos, determino, com amparo nos arts. 10 e 933, "caput", do CPC/2015, a **intimação do agravante e de ambos os agravados para, no prazo comum de dez dias, manifestarem-se sobre a eventual perda de objeto.**

Publique-se. Intimem-se.

Brasília (DF), 19 de fevereiro de 2019.

MINISTRO MAURO CAMPBELL MARQUES
Relator